
TERMO DE REFERÊNCIA
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal – SAAE
Processo nº 292/SAAE/2025

1. INTRODUÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base na análise de viabilidade técnica e econômica das estratégias de contratação, contemplando os elementos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado para caracterizar de forma clara e detalhada o objeto da contratação de coffee break. O documento atende ao disposto na legislação vigente aplicável às contratações públicas, em especial ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Lei Complementar nº 123/2006, à Lei nº 3.696/PMC/2016, bem como às demais normas correlatas.

1.2. O Termo de Referência tem por finalidade normatizar o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de coffee break destinados ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal/RO – SAAE, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento das rotinas administrativas, sendo tal serviço essencial para manter a adequada realização de eventos institucionais e reuniões administrativas, garantindo condições mínimas de conforto aos participantes durante a execução das atividades.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições legais e o interesse da Administração.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste Termo de Referência é a realização de **REGISTRO DE PREÇOS para possível e futura aquisição COFFEE BREAK**, destinados a suprir as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal/RO – SAAE. A contratação tem como objetivo assegurar condições adequadas de organização e funcionalidade nos ambientes institucionais da Autarquia, contribuindo para o bem-estar dos servidores e a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

2.2. Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, por apresentarem especificações técnicas usuais no mercado e padrões de qualidade objetivamente definidos, o que permite ampla competitividade entre fornecedores e avaliação objetiva das propostas, sem exigência de requisitos técnicos complexos ou exclusivos.

2.2.1 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E POSSIVEL AQUISIÇÃO COFFEE BREAK, visando atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal

2.2.2 Cronograma de Execução:

Forma de entrega/execução: A entrega dos objetos será realizada conforme ordem de fornecimento definida pelo contratante durante a vigência da ARP/Contrato.	() Imediata (x) Parcelada
Local de entrega: A entrega será realizada na sede da Autarquia (SAAE), a ser recebido pelo diretor administrativo, no horário e dia a serem estabelecido.	Endereço: RUA FLORIANÓPOLIS, 1747 – LIBERDADE, CACOAL/RO.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Inciso § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021);

3.1. A necessidade da presente contratação decorre da garantia de fornecimento de *coffee break* adequado e de qualidade para atendimento às demandas do SAAE. Tal contratação é necessária para apoiar a realização de eventos institucionais e reuniões administrativas, contribuindo para a adequada condução das atividades e para o conforto mínimo dos participantes.

3.2. Importante destacar que a adequada disponibilização do *coffee break* promove melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas, especialmente durante a realização de eventos institucionais e reuniões.

3.3. Os itens a serem adquiridos são necessários e imprescindíveis para garantir condições mínimas de conforto aos participantes durante a realização de eventos institucionais e reuniões administrativas promovidas pelo SAAE, assegurando o adequado andamento das atividades.

3.4. A aquisição do objeto da presente contratação não se limita ao simples fornecimento de *coffee break*, pois visa assegurar condições adequadas para a realização de eventos institucionais e reuniões administrativas da Autarquia, o que se traduz em:

I. Eficiência e produtividade dos servidores, a disponibilização adequada do *coffee break* proporciona melhores condições de trabalho aos servidores, contribuindo para maior eficiência, continuidade dos serviços e qualidade no desempenho das atribuições institucionais.

II. A aquisição em tela, contempla uma ampla gama de produtos detalhadamente especificados no “ETP”, com o objetivo de atender a todas as demandas. As quantidades foram estimadas com base no

consumo, garantindo a continuidade das atividades do SAAE sem interrupções por falta de tais insumos.

3.5. Diante de todas as necessidades apresentadas, justifica-se a abertura de licitação para a aquisição de coffee break, objetivando atender as necessidades da Autarquia.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

4.1. Considerando estimar o quantitativo e memória de cálculo de acordo com consumo, considerando que a aquisição solicitada se baseia na realização de coffee break, considerando que consta no Plano anual de contratação processo 29/2024 a previsão de aquisição de coffee break, elemento 3.3.90.30.00.00, programação 17.122.0002.2.133.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

5.1 A aquisição está fundamentada com base na Art. 37, inciso XXI da CF/88 e ao inciso XXIII do Art.6 da Lei Nº 14.133/21e Art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21, Resolução nº 01/SAAE/23 e legislações correlatas, Decreto Federal nº 11.462/23, que disciplina o Sistema de Registro de Preços, bem como as disposições provenientes do edital.

6. DA OPÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK

6.1. A opção pelo **PREGÃO ELETRÔNICO, NA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee break, oferece diversas vantagens estratégicas e operacionais para o município de Cacoal/RO.

6.2. Economia e Competitividade: O Pregão Eletrônico promove maior competitividade entre os fornecedores, resultando em preços mais vantajosos para a administração pública. A modalidade de Registro de Preços permite que a aquisição dos materiais seja feita conforme a necessidade, assegurando que o município se beneficie dos melhores preços disponíveis no mercado ao longo do período de vigência do registro.

6.3. Com o Registro de Preços, o município não precisa adquirir todo o volume, de uma só vez. Isso proporciona maior flexibilidade na gestão de estoques e permite que as compras sejam realizadas de forma planejada, de acordo com as demandas específicas e os recursos disponíveis, evitando desperdícios e otimizando o uso do orçamento.

6.4. A modalidade de **Pregão Eletrônico** garante maior transparência no processo licitatório, com todas as etapas sendo realizadas em plataforma digital, o que facilita o acompanhamento e o controle por parte dos órgãos fiscalizadores e da sociedade. Isso assegura que as contratações sejam realizadas de forma ética e em conformidade com a legislação vigente.

6.5. O uso do Pregão Eletrônico, combinado com o Registro de Preços, simplifica e agiliza o processo de contratação, uma vez que os itens registrados podem ser adquiridos de forma direta e rápida, sem a necessidade de novos processos licitatórios. Isso é especialmente vantajoso em situações emergenciais, onde a rapidez na aquisição de materiais é crucial para a execução de reparos e manutenções.

6.6. Diante do estudo técnico preliminar apresentado, a modalidade de licitação pregão para formação de registro de preços mostrou que o pregão eletrônico proporciona diversas vantagens como acessibilidade, celeridade do processo licitatório, publicidade, abrangência, permitindo, assim, atingir diversos princípios da administração pública, tais como, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.7. Tal procedimento contribui, também, coibindo fraudes e direcionamentos nas licitações e, na sua forma eletrônica, o pregão gera vantagens de abertura para maior concorrência, trazendo melhores condições para o setor público adquirir bens e serviços comuns por um preço mais acessível.

6.8. Utilizando-se de recursos da tecnologia da informação e da internet, a modalidade de pregão eletrônico trouxe mais transparência aos processos licitatórios, facilitando a realização das propostas, garantindo melhor custo-benefício, além de mais segurança e clareza ao processo.

7. DO OBJETO.

7.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao Art. 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei Nº 14.133/21, Resolução nº 01/SAAE/23, Lei Nº 10.024/2019, Decreto Federal Nº 11.462/23, Lei nº 3.696/PMC/16 cc com a Lei Complementar nº 123/06 e legislações correlatas, bem como normatizar, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E POSSIVEL AQUISIÇÃO COFFEE BREAK**, visando atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal.

7.1.1 A empresa contratada deverá fornecer os objetos, com as seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND.	VL.UNT.	VL.TOTAL
COFFE BREAK TIPO 1 – MÉDIO PORTE	COFFE BREAK – DE FORMA SELF-SERVICE, SEM BALANÇA, POR PESSOA, COMPOSTA DE OPÇÕES: 01 CAFÉ COM OU SEM LEITE INTEGRAL, (180ML), 01 CHÁ (180ML), 01 TIPO DE SUCO NATURAL (180ML), 02 TIPOS DE REFRIGERANTE PRIMEIRA LINHA (180ML), 04 UNIDADES SALGADOS SIMPLES, 01 FATIA DE BOLO DE LARANJA, 01 FATIA DE BOLO DE CHOCOLATE, 01 FATIA TORTA DE FRANGO, 01 FATIA TORTA DE CARNE, 04 MINI ESFIRRA ABERTA DE PRESUNTO E QUEIJO, 01 PÃO FRANCÊS, 01 FATIA DE PRESUNTO, 01 FATIA DE MUSSARELA, 02		500	R\$ 49,96	R\$ 24.980,00

	TIPOS DE FRUTAS (MELANCIA, MELÃO, UVA, ABACAXI) CONFORME SOLICITAÇÃO				
COFFE BREAK TIPO 2 – PEQUENO PORTE	COFFE BREAK – DE FORMA SELF-SERVICE, SEM BALANÇA, POR PESSOA, COMPOSTA DE OPÇÕES: 01 CAFÉ COM OU SEM LEITE INTEGRAL, (180ML), 01 CHÁ (180ML), 01 TIPO DE SUCO NATURAL (180ML), 02 TIPOS DE REFRIGERANTE PRIMEIRA LINHA (180ML), 02 UNIDADES SALGADOS SIMPLES, 01 FATIA DE BOLO DE LARANJA, 01 FATIA DE BOLO DE CHOCOLATE, 01 FATIA TORTA DE FRANGO, 01 FATIA TORTA DE CARNE, 02 MINI ESFIRRA ABERTA DE PRESUNTO E QUEIJO, 01 PÃO FRANCÊS, 01 FATIA DE PRESUNTO, 01 FATIA DE MUSSARELA, 02 TIPOS DE FRUTAS (MELANCIA, MELÃO, UVA, ABACAXI) CONFORME SOLICITAÇÃO	UND/PESSOA	800	R\$ 43,82	R\$ 35.056,00
TOTAL:				R\$ 60.036,00	

Valor Total: **R\$ 60.036,00 (sessenta mil e trinta e seis reais)**

a) Os objetos deste Termo de Referência, deverão ser fornecidos conforme solicitação do Setor Requisitante do objeto do SAAE de Cacoal/RO.

b) Os valores aqui apresentados foram estimados, através de Preços e cotações em empresas do ramo e no banco de preços. As cotações que se apresentaram com valores excessivamente elevadas ou com grande discrepância diante da situação mercadológica atual e foram possíveis de desconsiderar, foram desconsideradas.

c) O valor médio dos itens foi obtido através de ampla pesquisa **com fornecedores Locais. E banco de preços, conforme preconiza a instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, seguindo em consonância com as INS 73/2020 e 65/2021.**

8. DA INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS.

8.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.2. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.3. Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, **o art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022 da SEGES/ME.**

Art. 34 No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, quando o substituir, que comprove:

- I. Que o custo do licitante ultrapassar o valor; e**
 - II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.**
- (Grifo nosso)**

9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP/MEI:

9.1 A presente Regulamentação encontra amparo legal na Lei 123/2006, assim como na Lei 147/2014 Federal e em especial na Lei nº 3.696/PMC/2016 Municipal, no que diz respeito ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI;

9.2 A forma de aplicação do tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI, no âmbito do Município é regida pelo que segue:

I. Os itens que na sua composição de preços apresentam valores iguais ou inferiores a R\$ - 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva das ME, EPP e MEI, conforme estabelecido no Art. 33 da Lei 3.696/PMC/2016;

II. Os itens cujos preços são superiores a R\$ - 80.000,00 (oitenta mil reais), terão cotas exclusivas destinadas as ME, EPP e MEI em até 25%, ficando o quantitativo remanescente de ampla concorrência, conforme determinação legal do Art. 35 Lei 3.696/PMC/2016.

9.3 Considerando as justificativas citadas neste Termo de Referência, **TODOS OS ITENS** desta licitação, serão **EXCLUSIVAMENTE DESTINADAS à participação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou ainda Microempreendedor Individual (MEI)**, conforme dispostos nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/06, 17/2014 Lei Municipal 3.696/2016 e suas alterações.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Considerando que o objeto desta contratação consiste na **aquisição de coffee break**, classificados como **bens comuns**, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, **não será exigida a comprovação de qualificação técnica por meio de atestado de capacidade técnica**, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 A aferição da capacidade do fornecedor para o cumprimento do objeto dar-se-á por meio do atendimento integral às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, bem como pela regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no instrumento convocatório.

10.3 A Administração poderá, de forma excepcional e motivada, exigir a apresentação de **catálogo técnico, ficha técnica, amostra do produto ou declaração do fabricante**, quando necessário para comprovar a conformidade dos materiais ofertados com as especificações estabelecidas, sem que isso configure exigência de qualificação técnica operacional.

10.4 DA PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE NA SESSÃO PÚBLICA

a) Nos termos do art. 7º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar a análise e avaliação da conformidade da proposta apresentada, por meio da verificação dos prospectos, catálogos técnicos ou fichas de especificação dos itens ofertados, com o objetivo de comprovar sua aderência às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

b) Caso haja dúvida técnica ou necessidade de avaliação mais detalhada sobre os produtos ofertados, a equipe de apoio ou o pregoeiro deverá convocar o representante da área demandante para acompanhar a análise da proposta, especialmente para confirmar a aceitabilidade dos itens, conforme as especificações previamente definidas.

c) A convocação da área técnica deverá ser realizada por meio eletrônico (e-mail institucional), e a comunicação deverá ser juntada aos autos do processo eletrônico, com o intuito de garantir a transparência e a rastreabilidade da decisão administrativa quanto à aceitação da proposta.

d) Os prospectos ou catálogos dos itens apresentados pelos licitantes deverão conter informações claras e detalhadas, incluindo, sempre que possível, marca, modelo, composição, dimensões, características físicas e técnicas, ou outras informações que permitam verificar a compatibilidade com o objeto licitado. É facultado ao proponente anexar imagens dos produtos, catálogos digitais ou informar links de páginas eletrônicas para consulta pública.

e) Na hipótese de o item ofertado não atender aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, o pregoeiro examinará a proposta classificada imediatamente seguinte, e assim sucessivamente, observando a ordem de classificação, até identificar uma proposta plenamente compatível com as exigências do edital.

11. ESTIMATIVO DO VALOR DA AQUISIÇÃO.

11.1 O valor estimado para aquisição dos materiais é de **R\$ 60.036,00 (sessenta mil e trinta e seis reais)**, e está de acordo com a tabela comparativa de preços em anexo, elaborada com base nas pesquisas de preços realizada pelo Setor de Compras do SAAE de Cacoal/RO.

12. DA AQUISIÇÃO.

12.1 Após formalizada a Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de aquisição, a contratação será formalizada por intermédio do Instrumento Contratual e emissão de Nota de Empenho, conforme dispõe o Art. 95 da Lei 14.133/21.

12.2 Quando se tratar de entrega imediata e integral dos bens adquiridos, a contratação será realizada somente mediante Nota de Empenho; havendo obrigações futuras e/ou assistência técnica será também formalizado o instrumento contratual (art. 95, § 2º da Lei n. 14.133/21), cuja vigência será de três meses.

12.3 O prazo para entrega dos produtos se iniciará no próximo dia útil seguinte ao recebimento da Nota de Empenho de Despesa pelo contratado, sendo que havendo necessidade de formalização de contrato, este deverá ser previamente assinado pelas partes, antes da entrega da Nota de Empenho ao Contratado;

12.4 As solicitações serão realizadas por intermédio da celebração da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato entre as partes, bem como pela emissão da Nota de Empenho, emitida via solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira, conforme disposto no § único do art. 100 da Resolução Nº 01/SAAE/2023, que deverá ser retirada pelo contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

12.5 Quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SAAE, o prazo para retirada do Contrato, Ata de Registro de Preços e da Nota Empenho poderá ser prorrogado por igual período;

12.6 O Contrato, Nota de Empenho e Ata de Registro de Preços deverão ser encaminhadas via e-mail;

12.7 O prazo para entrega dos objetos somente se iniciará após a confirmação de recebimento da Nota de Empenho pelo Contratado, o qual deverá ser certificado no Processo;

12.8 A entrega da nota de empenho e a assinatura do contrato (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

- a) Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – INSS/FEDERAL;
- b) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão de Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante).

13. DA GARANTIA E CONDIÇÕES DOS PRODUTOS

13.1 A garantia deverá assegurar que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem apresentar vícios ou defeitos de fabricação, sendo que qualquer substituição decorrente dessas falhas deverá ocorrer **sem ônus adicional para o contratante**.

13.2 Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, apresentando adequada qualidade, condições de consumo, higiene e conservação, não podendo apresentar sinais de deterioração, contaminação ou qualquer irregularidade.

13.3 Em razão da natureza perecível e de consumo imediato dos produtos, não será admitida qualquer forma de reparo, reaproveitamento ou adequação, devendo o item irregular ser integralmente substituído.

13.4 A não substituição dos itens no prazo estabelecido autoriza a Administração a aplicar as sanções previstas contratualmente, podendo, ainda, realizar a aquisição dos produtos substitutos por conta e risco do fornecedor inadimplente, com posterior cobrança dos custos adicionais eventualmente incorridos.

13.5 Todos os custos relacionados à substituição dos materiais defeituosos — inclusive transporte, retirada e nova entrega, correrão por conta exclusiva do fornecedor, independentemente do local de entrega dos produtos.

13.6 A garantia legal dos materiais e os prazos de responsabilidade do fornecedor quanto à conformidade dos produtos com o Termo de Referência permanecem válidos mesmo após o encerramento da vigência contratual, nos termos da legislação aplicável.

14. DO RECEBIMENTO E PRAZO.

14.1. Os objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues em condições adequadas de consumo, higiene e qualidade, observados os prazos estabelecidos, não podendo apresentar irregularidades que comprometam seu recebimento, devendo atender aos padrões exigidos neste Termo de Referência.

14.1.1 No caso de os produtos não apresentarem conformidade, não serão recebidos.

14.2 Penalidades por Atraso: O não cumprimento do prazo estipulado pode resultar em penalidades, conforme previsto no **Item 19 deste Termo de Referência**, que visam assegurar a eficiência na prestação dos serviços.

14.3 É fundamental que a contratada mantenha uma comunicação aberta e eficiente com o SAAE para quaisquer ajustes necessários e para garantir que o cumprimento dos prazos seja observado, permitindo a continuidade e a qualidade no serviço de abastecimento de água.

14.4 Os produtos deverão ser preparados e fornecidos em conformidade com as normas sanitárias vigentes, observando adequadas condições de higiene, garantindo qualidade e segurança para consumo.

14.5 O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue em condições adequadas de consumo, dentro do prazo estabelecido, não podendo apresentar irregularidades que comprometam seu recebimento, devendo atender aos padrões de qualidade exigidos pela Administração, não sendo admitido o fornecimento de produtos resquestrados.

14.6 Em conformidade com o artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei nº. 14.133/21, o objeto do contrato será recebido:

I. PROVISORIAMENTE- pelo Diretor administrativo financeiro, mediante termo de recebimento, após o recebimento da nota fiscal/fatura.

II. DEFINITIVAMENTE – Por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, será efetuado mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

14.7 O prazo para recebimento definitivo será no momento da entrega.

15. LOCAL DE ENTREGA E PRAZO

15.1 A vencedora do certame licitatório deverá entregar os objetos deste Termo de Referência no dia e horário estabelecidos pelo SAAE, em sua sede, localizada na Av. Florianópolis, nº 1747, Bairro Liberdade, Cacoal/RO, conforme quantitativos e descrições constantes na Nota de Empenho.

15.2 A empresa contratada deverá entregar o objeto deste termo, em conformidade com as normas técnicas e as especificações constantes na autorização de fornecimento/nota de empenho, para que não venha causar danos ao erário;

15.3 O prazo para execução do objeto somente se iniciará após a confirmação de recebimento da Nota de Empenho autorização de compra pelo Contratado, o qual deverá ser certificado no Processo;

15.4 A vencedora do certame licitatório deverá entregar os objetos deste Termo de Referência no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho;

15.5 As despesas decorrentes de transporte, impostos e demais despesas necessárias ao transporte, entrega, carga e descarga, ou qualquer custo incidente sobre a execução do objeto, ficarão a cargo da contratada;

16. PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito/transferência em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade;

16.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal;

16.3 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada das certidões (negativas ou positivas com efeito de negativa) de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal e INSS, Fazenda Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante), FGTS e CNDT (art. 62, Lei n. 14.133/21)

16.4 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular;

16.5 Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o SAAE. Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado;

16.6 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária;

16.7 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante;

16.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após a apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100) / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 A licitante vencedora deverá entregar os objetos, no local e prazo estabelecidos no item 15 deste termo de referência;

17.2 As despesas decorrentes de transporte, impostos e demais despesas necessárias ao transporte, entrega, carga e descarga, ou qualquer custo incidente sobre a execução do objeto, ficarão a cargo da contratada;

17.3 A empresa contratada deverá fornecer os objetos em conformidade com as normas técnicas e as especificações constantes neste Termo de Referência e Nota de Empenho, para que não venha causar danos ao erário público;

17.4 No ato da entrega dos objetos deste termo, a contratada deverá fornecer à contratante a nota fiscal referente aos materiais entregues, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e fabricante, o objeto deve estar acompanhado do manual, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.5 É vedada a transferência do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa anuência da Administração.

17.6 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração

17.7 Manter, ao longo da execução contratual, as características de qualidade próprias dos objetos, nos termos definidos pela legislação pertinente;

17.8 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho que ocorra na execução do objeto deste Termo de Referência bem como pela entrega de objetos fora dos parâmetros definidos neste Termo de Referência, que resultem de caso fortuito ou por qualquer outro que venham a ocorrer;

17.9 Assumir integral responsabilidade pela qualidade e eficiência dos objetos, bem assim, pelos riscos, danos e despesas decorrentes do transporte, carga, descarga e entrega dos mesmos;

17.10 Assumir inteira responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e resultantes de acidentes de trabalho envolvidos no transporte e entrega dos objetos, oriundos do presente contrato;

17.11 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à contratante, ou a terceiros, em virtude de culpa ou dolo na execução do Contrato, independente ou não de ocorrerem em áreas correspondentes à natureza de seus trabalhos;

17.12 A contratada deverá observar os prazos estipulados neste Termo de Referência;

17.13 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada das certidões (negativas ou positivas com efeito de negativa) de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal e INSS, Fazenda Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante), FGTS e CNDT (art. 62, Lei n. 14.133/21);

17.14 O SAAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente

Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

17.15 A contratada deverá manter durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na Licitação;

17.16 Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos despesas e diferenciais de alíquotas que decorram da formalização deste contrato e do fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

17.17 Qualquer dano ou prejuízo decorrente da execução do contrato serão ressarcidos ao SAAE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da Notificação Administrativa à contratada, sob pena de multa.

18. OBRIGAÇÕES DO SAAE

18.1 Colocar-se à disposição da contratada para o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto ao cumprimento do objeto do presente Termo de Referência;

18.2 Efetuar o pagamento, em até **30 (trinta)** dias a contar do recebimento da Nota de Fiscal e mediante certificado pela Comissão de Recebimento e juntada das certidões (negativas ou positivas com efeito de negativa) de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal e INSS, Fazenda Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante), FGTS e CNDT (art. 62, Lei n. 14.133/21);

18.3 Rejeitar no todo ou em parte os objetos em desacordo com a Nota de Empenho;

18.4 Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei 14.133;

18.5 Notificar por escrito à contratada, a ocorrência de eventuais problemas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a devida correção.

19. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

19.1 DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1.1. A contratada deverá cumprir todas as obrigações assumidas no contrato, entregando os objetos nas condições, prazos e especificações exigidas no Termo de Referência, no Edital e em conformidade com a legislação vigente. A inexecução parcial ou total sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2 Comete infração administrativa, o Contratado/Licitante que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

19.3.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

19.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

19.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei).

19.3.4. Multa:

a) moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias úteis. O atraso superior a 15 dias úteis autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII, IX, X e XII do art. 155 da Lei 14.133/21 de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na aliena III do art. 155 da Lei 14.133/21, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

d. Compensatória, para a infração descrita no inc. II do art. 155 da Lei 14.133/21, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

e. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita no inc. VII do art. 155 da Lei 14.133/21, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

f. Compensatória, para a infração descrita no inc. I do art. 155 da Lei 14.133/21, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

19.3.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

19.3.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

19.3.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

19.3.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

19.3.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 155 realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao

Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

19.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

19.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

19.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Municipal n. 5.597/PMC/2025 e subsidiariamente na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nas referidas Leis (art. 159)

19.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20. CRITERIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

20.1 As exigências de **habilitação jurídica**, bem como de **regularidade fiscal e trabalhista**, seguirão os critérios usuais previstos na Lei nº 14.133/2021, conforme detalhado no Termo de Referência e no instrumento convocatório. Tais exigências visam garantir que os licitantes estejam aptos legalmente a contratar com a Administração Pública.

20.2 Os **critérios de qualificação econômico-financeira** serão observados conforme estabelecido no edital, com vistas a assegurar que o fornecedor possua capacidade para assumir e cumprir as obrigações contratuais, de forma compatível com a natureza e o porte da contratação.

20.3 Os critérios de **aceitabilidade de preços** a serem observados são os seguintes:

- I. Valores Unitários: conforme Termo de Referência.
- II. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.
- III. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no Edital

20.4 O valor ofertado deverá estar compatível com os parâmetros estabelecidos no **Termo de Referência**, sendo consideradas inexecutáveis as propostas com valores incompatíveis com os preços de mercado, conforme apuração constante dos autos.

20.5 O critério de julgamento será o de **menor preço por item** assegurando economicidade e ampla competitividade.

20.6 As **regras de desempate** entre propostas, quando aplicáveis, serão observadas conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital, respeitando o tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

21. DO PARCELAMENTO (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

21.1 Justifica-se a adoção do critério de **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, visando propiciar a ampla participação de licitantes, nos termos do art. 33 da lei 14.133/21.

21.2 O objetivo do critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que esta escolha é tecnicamente e economicamente viável e não representa perda de economia de escala.

21.3 Visando melhor atender as necessidades do SAAE a contratação em tela é por pregão eletrônico com sistema de **Registro de preços (SRP) tendo em vista a impossibilidade de se definir com exatidão as quantidades a serem demandadas.**

21.4 O parcelamento promove a otimização dos recursos orçamentários. Ao dividir a aquisição em itens, distribui-se os gastos ao longo do ano, tornando-os mais previsíveis e gerenciáveis. Isso evita sobrecargas orçamentárias e auxilia na gestão financeira responsável.

21.5 Portanto, o parcelamento evita a aquisição excessiva de materiais que podem não ser utilizados ou que podem se deteriorar ao longo do tempo, contribuindo para a redução do desperdício de recursos públicos. Além disso, simplifica a logística de distribuição, uma vez que a entrega de itens específicos pode ser programada de acordo com o as necessidades do Saae.

21.6 Por tratar-se de produtos, o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** é economicamente e tecnicamente viável, além de garantir maior celeridade e eficiência nas várias etapas procedimentais relativas à licitação, com reflexos na economia processual e financeira, além disso, proporcionando uma maior atratividade para empresas participantes da licitação, é que se confirma como melhor escolha a opção da administração, além da celeridade e vantajosidade na contratação.

22. DO CUMPRIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

22.1. As partes envolvidas no presente procedimento de contratação, incluindo a empresa contratada, comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto a todos os dados pessoais eventualmente acessados, tratados ou compartilhados em razão

deste Termo de Referência, desde a fase de apresentação da proposta até a execução e encerramento contratual.

22.2. Os dados pessoais eventualmente coletados ou tratados deverão ser utilizados exclusivamente para os fins que motivaram o acesso, observando-se os princípios da boa-fé, necessidade, minimização, finalidade, segurança e transparência, nos termos do art. 6º da LGPD.

22.3. É vedada a utilização dos dados pessoais acessados ou fornecidos no âmbito da contratação para quaisquer outras finalidades que não aquelas diretamente vinculadas à execução do objeto contratado.

22.4. A inobservância às obrigações previstas na LGPD poderá ensejar a aplicação das sanções legais cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades contratuais previstas neste instrumento.

Cacoal/RO, 17 de março de 2026

Assinatura digital]

Bruna De Oliveira Bergamaschi

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 04/SAAE/2026

APROVO:

O presente termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias para a eventual e possível, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E POSSIVEL AQUISIÇÃO COFFEE BREAK**, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Cacoal/RO, 17 de março de 2026.

Assinado digital
NELSON RODRIGUES DE LIMA
PRESIDENTE DO SAAE
DECRETO Nº 11.010/PMC/2026